



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 470 615.00
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00

### SUMÁRIO

#### Presidente da República

##### Decreto Presidencial n.º 156/15:

Altera o artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 198/14, de 12 de Agosto, que estabelece as Bases e o Regime de Organização Administrativa da Cidade do Kilamba e adita seis artigos ao Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril. — Revoga o artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 198/14, de 12 de Agosto e os n.ºs 1 e 2 do artigo 14.º do Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril. Republica o Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril, sobre o Regime de Organização Administrativa da Cidade do Kilamba.

#### Ministérios das Finanças e dos Transportes

##### Decreto Executivo Conjunto n.º 494/15:

Aprova o Regulamento de Tarifas Aeroportuárias. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, especialmente o Decreto Executivo Conjunto n.º 19/00, de 31 de Março.

#### Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

##### Decreto Executivo n.º 495/15:

Aprova o Regulamento dos Centros de Reabilitação e Reinserção de Toxicod dependentes em Angola. — Revoga quaisquer legislações que contrarie o disposto no presente Regulamento.

#### Ministério da Geologia e Minas

##### Despacho n.º 237/15:

Aprova a concessão de direitos mineiros a favor da empresa Rupsil & Filhos, Limitada, para exploração de Mámore, na localidade da Serra da Lua, Município da Bibala, Província do Namibe, com uma extensão de 50 hectares.

### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### Decreto Presidencial n.º 156/15 de 24 de Julho

O Decreto Presidencial n.º 198/14, de 12 de Agosto, alterou o Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril — que Estabelece as Bases e o Regime de Organização Administrativa da Cidade do Kilamba.

Actualmente, por força do Decreto Presidencial n.º 198/14, de 12 de Agosto — que alterou o Decreto Presidencial n.º 62/11, de 18 de Abril, a organização dos órgãos de gestão da Administração da Cidade do Kilamba é constituída pelo Administrador e três Administradores-Adjuntos.

Convindo conferir à Administração da Cidade do Kilamba uma gestão mais eficiente, designadamente nas matérias sociais e orçamentais;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º da Constituição da República, o seguinte:

##### ARTIGO 1.º

(Alteração ao Decreto Presidencial n.º 198/14, de 12 de Agosto)

1. O artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 198/14, de 12 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 10.º

(..)

[...]

1. Órgãos executivos:

- Administrador da Cidade do Kilamba;
- Um Administrador-Adjunto para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários;
- Um Administrador-Adjunto para a Área Social e Comunidades;
- Um Administrador-Adjunto para a Área Financeira e Orçamental.

2. (...).

3. O Administrador da Cidade do Kilamba é nomeado pelo Governador Provincial, após parecer vinculativo do Ministro da Administração do Território.

4. São igualmente nomeados pelo Governador Provincial, o Administrador-Adjunto para Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários,

25.<sup>a</sup> - Os casos de rescisão mencionados na condição n.º 17, serão comunicadas ao titular da licença, mediante carta com aviso de recepção ou protocolada, devendo o mesmo proceder à liquidação das taxas em dívida e remover do aeródromo a totalidade dos seus bens até oito dias após a data da carta.

26.<sup>a</sup> - Finda ou rescindida a licença, a ENANA-E.P. entrará de imediato em pleno direito na posse da área, sem que assista ao titular da licença direito à indemnização.

27.<sup>a</sup> - No caso de rescisão indicada no número anterior, não existindo débitos ou prejuízos para com a ENANA-E.P., o titular da licença no prazo de oito dias deverá retirar da área as benfeitorias removíveis existentes, bem como os seus pertences.

#### SECÇÃO VII Das Penalidades

28.<sup>a</sup> - Serão aplicadas ao titular da licença, independentemente de qualquer formalidade, as seguintes cominações, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- a) Multa de 15% do débito correspondente, pelo atraso no pagamento dos encargos e referidos nas condições 7.<sup>a</sup> e 18.<sup>a</sup> alínea c), por mês de atraso;
- b) Multa correspondente a uma vez o valor mensal, por incumprimento de qualquer outra condição contratual.

29.<sup>a</sup> - Qualquer remanejamento da área ocupada pelo titular da licença implicará a suspensão do prazo contratual, que voltará a correr a partir da ocupação do novo local, devendo a mudança das instalações correr por conta do titular da licença, sem direito a qualquer indemnização.

30.<sup>a</sup> - O titular da licença é responsável por todos e quaisquer danos que causar à ENANA-E.P. e/ou a terceiros na área do aeródromo, inclusive os praticados por pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, por emprego ou prestação de serviços.

31.<sup>a</sup> - O titular da licença não tem exclusividade na exploração da actividade objecto desta licença.

#### SECÇÃO VIII Da Aceitação das Condições da Licença

32.<sup>a</sup> - O titular da licença reconhece expressamente ter tomado inteiro conhecimento das condições desta licença, dando a sua total adesão às disposições nela contidas e a sua assinatura constitui o reconhecimento expresso dos direitos que lhe são reservados e das obrigações previstas nas condições da licença.

Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea - ENANA-E.P., em Luanda, aos ..... de ..... de .....

O Presidente do Conselho de Administração

.....

Assinatura do Titular da Licença

.....

Recebi o original desta licença

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

**Decreto Executivo n.º 495/15**  
de 24 de Julho

Tendo em conta que a realidade da sociedade angolana impor a criação de mecanismos, metodologias e meios para o combate do consumo de drogas e substâncias tóxicas materializadas pelo Executivo Angolano por via do Instituto Nacional de Luta Anti-Drogas;

Havendo por essa razão a necessidade de se formalizar a decisão que aprova o instrumento jurídico que regulamente os

Centros de Reabilitação e Reinserção dos Toxicodependentes em Angola, que permite a criação de um sistema adequado e eficiente de implementação da política geral de combate às drogas e as toxicodependências;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — Decreto Presidencial sobre a Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com estipulado na alínea h) do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 231/13, de 30 de Dezembro, determino:

## ARTIGO 1.º

É aprovado o Regulamento dos Centros de Reabilitação e Reinserção de Toxicodependentes em Angola do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, assim como seus anexos que são parte integrante ao presente Regulamento.

## ARTIGO 2.º

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação do presente Regulamento são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

## ARTIGO 3.º

É revogada quaisquer legislações que contrarie o disposto no presente Regulamento.

## ARTIGO 4.º

Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Julho de 2015.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangueira*.

## REGULAMENTO DOS CENTROS DE REABILITAÇÃO E REINCRSAÇÃO PARA TOXICDEPENDENTES

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º  
(Definição)

O Centro de Reabilitação e Reinserção para Toxicodependentes de Angola, abreviadamente «CRRT», é um serviço público integrado no Instituto Nacional de Luta Anti-Droga, «INALUD», tutelado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 2.º  
(Objecto)

Este Regulamento estabelece as regras de funcionamento, acesso e gestão do «CRRTA».

ARTIGO 3.º  
(Âmbito)

O presente Regulamento aplica-se a todos os Serviços do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e aos Organismos que funcionem no «CRRT».

ARTIGO 4.º  
(Objectivos)

O Regulamento do Centro de Reabilitação e Reinserção para Toxicodependentes de Angola visa os seguintes objectivos:

- a) Reabilitar e reinserção de adolescentes jovens e adultos com necessidade de ser desintoxicado e reinserido na família e na comunidade;
- b) Tratar em regime de internamento ou ambulatório os toxicodependentes;
- c) Permitir a promoção e desenvolvimento de valores, atitude e práticas que levem a uma harmonia e afirmação de particularidades da personalidade do paciente;

- d) Aplicar estratégias de reeducação, formação e reinserção dos toxicodependentes;
- e) Promover o controlo e inserção dos toxicodependentes nas distintas áreas de actividades ocupacionais, formação académica e profissional;
- f) Promover e dirigir a reabilitação de toxicodependentes;
- g) Cooperar com os órgãos demais parceiros nacionais ou estrangeiros na organização do processo de reabilitação dos toxicodependentes;
- h) Promover a formação técnico-profissional dos toxicodependentes;
- i) Conceber e desenvolver programas específicos de reabilitação, através da observação e avaliação comportamental dos toxicodependentes;
- j) Garantir a reabilitação, segurança e inserção social dos toxicodependentes;
- k) Garantir a aplicação das leis, Regulamentos e normas na execução das medidas que reabilitem e reintegrem os toxicodependentes.

ARTIGO 5.º  
(Regime)

O «CRRT» rege-se pelo Decreto Presidencial n.º 231/13, de 30 de Dezembro - Estatuto Orgânico do «INALUD» e o Regulamento do Centro.

ARTIGO 6.º  
(Gestão)

Compete ao Instituto Nacional de Luta Anti-Drogas gerir o Centro de Reabilitação e Reinserção dos toxicodependentes, podendo sempre que se achar necessário passar a referida gestão a Entidades Publicas ou a Privados.

ARTIGO 7.º  
(Criação)

O «CRRT», bem como o seu quadro do pessoal, são criados por Decreto Executivo do Titular do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 8.º  
(Tutela)

Os serviços a funcionar no «CRRT» são tutelados pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

### CAPÍTULO II Admissão, Direitos e Deveres

ARTIGO 9.º  
(Admissão)

1. É beneficiário dos Serviços do Centro os adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos.
2. A admissão no Centro faz-se mediante os seguintes critérios:
  - a) Ter vontade própria para ser reabilitado (internamento voluntário);
  - b) Encaminhado por uma unidade de saúde ou por uma clínica de reabilitação;

- c) Acompanhado pelos familiares;
- d) Não ter cadastro criminoso;
- e) Não ser violento.

ARTIGO 10.º  
(Processo)

1. Para a admissão no Centro os Serviços do Centro devem:
  - a) Recepcionar a informação social descritiva da situação do toxicodependente que fundamenta a necessidade de internamento, proveniente dos Sectores Governamentais de Nível Central, Provincial, Parceiros Sociais, Igrejas ou por vontade própria;
  - b) Estudo de caso sobre a situação do toxicodependente por parte do Departamento de Acção Social dos Centros.

2. No caso de admissão é constituído um processo no qual é preenchido uma ficha onde conste:

- a) Identificação do toxicodependente;
- b) Data de pedido de admissão;
- c) Entidade solicitante;
- d) Motivo do pedido de admissão;
- e) Inquérito social;
- f) Decisão de admissão;
- g) Data de admissão;
- h) Fotografia;
- i) Fotocópia do bilhete de identidade ou cédula pessoal.

3. A ficha referida no número anterior deve ser aprovada pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 11.º  
(Visitas)

1. As visitas ao toxicodependentes ou internados nos Centros são realizadas somente aos fins-de-semana das 10H00 às 18H00.

- a) Durante a semana são aceites visitas em caso excepcionais tendo sempre em conta o horário escolar e actividades diárias do toxicodependente.

2. As vistas são sempre supervisionadas por um técnico do Sector de Acção Social.

3. Os toxicodependentes podem visitar os familiares durante o fim-de-semana prolongado e/ou período de férias, após uma análise diagnóstica e acompanhamento da situação familiar.

4. As visitas mencionadas no ponto anterior são acompanhadas pelos técnicos de acção social.

ARTIGO 12.º  
(Direitos)

Os toxicodependentes internados no «CRRT» têm o direito a:

- a) Beneficiar de alojamento, alimentação, educação e formação profissional;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos das diferentes sub-comissões ou grupos de trabalho que forem criados no âmbito das diferentes actividades escolares e extra-escolares, incluindo a agricultura;

- c) Participar nas assembleias de alunos e outras reuniões superiormente convocados pelos educadores e autorizadas pela Direcção do Centro;
- d) Manter contacto com a família;
- e) Receber correspondência;
- f) Receber uma educação/formação que garanta o desenvolvimento integral da personalidade;
- g) À informação;
- h) A Tratamento igual;
- i) Cuidados médicos e medicamentoso;
- j) A receber visitas;
- k) A protecção e segurança a sua integridade física e psicológica;
- l) Actividades lúdicas;
- m) A um ensino profissional.

ARTIGO 13.º  
(Deveres)

Os toxicodependentes internados no «CRRT» têm o dever:

- a) Respeitar os colegas e funcionários no Centro;
- b) Respeitar os espaços, bens da instituição e de outrem;
- c) Cumprir os horários e regras estabelecidas pelo Centro;
- d) Manter um aspecto limpo e cuidado;
- e) Ser exemplar no comportamento e manter a mesma postura dentro e fora do Centro;
- f) Não se ausentar do Centro sem autorização prévia;
- g) Fazer silêncio nos locais de estudo, corredores, sala de aula, dormitório, refeitório e junto dos Gabinetes;
- h) Colaborar na arrumação e manutenção da higiene e limpeza do Centro e zonas envolventes;
- i) Não confeccionar comida e refeições fora de locais estabelecidos;
- j) Não hospedar quem quer que seja no seu quarto e nem mudar de quarto;
- k) Não usar instrumentos de produzam poluição sonora (música alta, gritar nos quartos corredores e refeitórios);
- l) Não é permitido a utilização exibição de cassetes e revistas eróticas;
- m) No fim do ano lectivo todo aluno e formando devem fazer a entrega do material da instituição que usou durante o período de aula ou profissional;
- n) Preservar as instalações e meios a sua disposição;
- o) Respeitar o Regulamento do Centro;
- p) Zelar pela higiene do Centro;
- q) Cooperar nas actividades, para que sejam alcançados os objectivos e finalidade do «CRRT»;
- r) Respeitar o estatuto e acatar as orientações da Direcção do Centro.

**ARTIGO 14.º**  
**(Repreensão)**

O toxicodependente que faltar aos deveres e obrigações incorre nas seguintes repreensões:

- a) Admoestação verbal;
- b) Censura;
- c) Expulsão.

**CAPÍTULO III**

**Organização e Funcionamento em Geral**

**ARTIGO 15.º**  
**(Composição e estrutura orgânica)**

O Centro de Reabilitação e Reinserção para Toxicodependentes tem a seguinte constituição:

- a) Administrador Geral;
- b) Administrador-Adjunto;
- c) Conselho de Direcção;
- d) Secretariado;
- e) Departamento de Administração, Recursos Humanos, Planeamento e Finanças;
- f) Departamento Técnico de Informação, Reeducação, Observação e Serviços;
- g) Departamento de Formação.

**SECÇÃO I**  
**Dos Órgãos**

**ARTIGO 16.º**  
**(Administrador)**

1. O «CRRT» é dirigido por um Administrador Geral que é um órgão executivo singular do Centro, proposto pelo Director do Instituto Nacional de Luta Anti-Drogas e nomeado por Despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. O Administrador geral do «CRRT» tem as seguintes funções:

- a) Representar o Centro;
- b) Superintender todos os serviços do Centro orientando-nos na realização das suas atribuições;
- c) Presidir as reuniões;
- d) Nomear em cada ano lectivo os responsáveis das salas de formação profissional, os coordenadores de área da formação, os coordenadores de curso e coordenadores dos turnos;
- e) Informar regular e periodicamente ao órgão de tutela e de orientação metodológica da vida do Centro da área de reabilitação e reimpresão e andamento do trabalho de formação profissional;
- f) Estabelecer contacto directo com os toxicodependentes e trabalhadores no processo de reabilitação e reintegração;
- g) Providenciar a estreita convivência e colaboração entre o Centro e a família dos toxicodependentes;

- h) Impulsionar as actividades desportivas, recreativas e culturais do Centro;
- i) Coordenar, organizar, dirigir e fiscalizar as actividades do Centro
- j) Elaborar um relatório anual de actividades;
- k) Distribuir o pessoal técnico pelos diversos serviços especializados do Centro;
- l) Assegurar a aplicação das leis, Regulamentos e normas relativas ao tratamento e execução das medidas impostas aos toxicodependentes;
- m) Promover contactos com órgãos locais e elaborar propostas e pareceres sobre a política de internamento, visando o melhoramento dos serviços;
- n) Exercer o poder disciplinar que por lei lhe competir em relação aos funcionários;
- o) Aplicar as medidas disciplinares aos toxicodependentes nos termos da Lei vigente;
- p) Submeter à consideração do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos as providências de carácter legislativo necessárias ao funcionamento dos serviços e dos Centros de toxicodependentes.

3. O Administrador Geral é coadjuvado por um Administrador-Adjunto, nomeado pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, sobre proposta do Administrador Geral.

4. Nas suas ausências ou impedimentos é substituído pelo Administrador-Adjunto ao qual cabe o controlo das áreas que lhe forem atribuídas superiormente.

**ARTIGO 17.º**  
**(Provimento)**

O Administrador Geral é o órgão executivo singular de gestão permanente do «CRRT» provido em comissão de serviço, por Despacho do Titular do Departamento Ministerial de tutela.

**ARTIGO 18.º**  
**(Administrador)**

1. O Administrador Geral é um órgão executivo singular coadjuvante do Administrador do Centro, proposto por este e nomeado por Despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. O Administrador Geral do «CRRT» tem as seguintes funções:

- a) Substituir o Administrador Geral nas suas ausências;
- b) Acompanhar todas as actividades executivas do Centro;
- c) Participar na gestão do Centro;
- d) Participar em todas as reuniões e encontros do Conselho de Direcção;
- e) Auxiliar o Administrador Geral;

- f)* Exercer outras competências de carácter directivo sempre que for necessário para o regular funcionamento.

3. O Administrador-Adjunto é nomeado pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, sobre proposta do Administrador Geral.

**ARTIGO 19.º**  
(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é um órgão de apoio em matéria de programação, organização e coordenação de actividades do «CRRT».

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo Administrador Geral e tem a seguinte composição:

- a)* Administrador;
- b)* Administrador-Adjunto;
- c)* Chefe de Departamentos;
- d)* Chefe da Secretaria.

**ARTIGO 20.º**  
(Reuniões)

1. O Conselho de Direcção reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

2. As reuniões Conselho de Direcção devem incluir obrigatoriamente, aprovação da acta da reunião anterior e um ponto de diversos para além de outros pontos.

3. A convocatória para a reunião do Conselho de Direcção deve incluir uma ordem de trabalhos e assinada pelo Administrador Geral devendo ser distribuída com a antecedência mínima de sete (7) dias;

4. O Conselho Direcção reúne-se na data e hora marcada com a presença de todos os convocados.

5. As decisões do Conselho de Direcção são tomadas por maioria simples, sendo que em situação de impasse o Administrador geral tem o voto de qualidade.

**ARTIGO 21.º**  
(Mandato dos membros do Conselho de Direcção)

1. As entidades integrantes no Conselho de Direcção são os funcionários com cargo de chefia indicados pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e outros organismos que tenham serviços no Centro.

2. Perde-se o mandato em virtude de renúncia, sanção em processo disciplinar que o iniba de continuar a exercer o cargo habilitante e, em geral, por qualquer outra razão que implique a perda da função habilitante cabendo ao Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos a indicação de seu sucessor.

3. Os representantes dos outros organismos perdem o mandato nos mesmos termos do número anterior, cabendo ao titular do organismo a que pertencem à indicação do seu sucessor.

**ARTIGO 22.º**  
(Deveres dos funcionários)

1. Os funcionários do Centro de Reabilitação e Reinserção para Toxicodependentes, no âmbito das suas competências devem:

- a)* Contribuir com seu saber e experiência na implementação no processo de reabilitação dos toxicodependentes e nas actividades do Centro;
- b)* Observar os critérios e normas estabelecidas no presente Regulamento;
- c)* Participar das reuniões do Centro;
- d)* Comunicar ao Administrador Geral do impedimento de participar na reunião e, justificar a sua ausência num prazo de 48 horas ou sempre que possível em caso de força maior nas actividades do Centro;
- e)* Examinar e devolver as propostas de correcção no prazo máximo de dois dias as minutas das actas de reuniões enviadas pelo Secretariado;
- f)* Comentários e correcções, bem como agilizar a assinatura da versão final das mesmas a partir da data sua recepção;
- g)* Requisitar no Secretariado do Centro a obtenção de dados e informação além de apoio administrativo necessários ao bom desempenho de suas funções.

**ARTIGO 23.º**  
(Horário de funcionamento)

1. O horário de funcionamento do «CRRT» é o da Função Pública.

2. Os funcionários do Centro de Reabilitação e Reinserção para Toxicodependentes podem funcionar em regime de turnos sob proposta do Administrador Geral, nos termos previstos na legislação em vigor.

**SECÇÃO II**

**ARTIGO 24.º**  
(Secretariado)

1. A Secretaria tem por missão ocupar-se de todas as questões administrativas comuns do Centro.

2. Compete à Secretaria.

- a)* Proceder à recepção, registo, encaminhamento e tratamento de toda a correspondência do Centro;
- b)* Organizar as reuniões da Direcção do Centro;
- c)* Manter organizado, actualizado e conservado o arquivo do Centro;
- d)* Organizar os processos individuais dos toxicodependentes intemados;
- e)* Desempenhar outras actividades incumbidas superiormente.

2. A Secretaria é chefiada por um técnico com a categoria de Chefe de Repartição e integra no quadro orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

## ARTIGO 25.º

(Departamento de Administração, Planeamento, Recursos Humanos e Finanças)

1. O Departamento de Administração, Planeamento, Recursos Humanos e Finanças tem por missão a gestão do orçamento, do património, dos recursos humanos e relações públicas.

2. Ao Departamento de Administração, Planeamento, Recursos Humanos e Finanças compete:

- a) Assegurar o apoio administrativo, financeiro e logístico do «CRRT»;
- b) Elaborar o orçamento do «CRRT»;
- c) Controlar e manter actualizado o inventário do património geral do «CRRT»;
- d) Organizar o plano de férias dos funcionários no Centro;
- e) Diligenciar pela celebração de contratos de prestação de serviços de géneros alimentícios ou a aquisição de bens alimentares e dos meios materiais de consumo;
- f) Assegurar a gestão do pessoal do «CRRT»;
- g) Zelar pelo aprovisionamento dos bens e serviços, materiais e pela conservação e reparação, desinfectação e desratização de todas as infra-estruturas do e afins ao Centro;
- h) Planificar, recepcionar, distribuir e controlar os meios rolantes ou mecânicos;
- i) Proceder à entrega com nota ou guia de entrega aos serviços de logística ou de comercialização permitidos no Centro;
- j) Efectuar o controlo da efectividade e pontualidade do pessoal efectivo do Centro;
- k) E executar toda a actividade de controlo à gestão financeira do Centro;
- l) Promover a instrução de procedimento disciplinar do pessoal, Promover submetendo-os a apreciação decisão superior, bem como dos menores em regime aberto;
- m) Assegurar a confecção dos alimentos dos toxicodependentes e internos e de outros serviços;
- n) Orientar e supervisionar a manutenção e utilização racional dos consumíveis e do equipamento, propondo normas para o efeito;
- o) Proceder à elaboração e controlo permanente da execução dos projectos ou programas de obras de reparação e construções a efectuar no estabelecimento;
- p) Realizar outras actividades que lhe forem superiormente incumbidas.

3. O Departamento de Administração, Planeamento, Recursos Humanos e Finanças é dirigido por um funcionário equiparado a Chefe de Departamento.

## ARTIGO 26.º

(Departamento Técnico de Informação, Reeducação, Observação e Serviços)

1. O Departamento Técnico de Informação, Reeducação, Observação e Serviços tem por missão prestar, apoio técnico e informático ao Centro.

2. O Departamento Técnico de Informação, Reeducação, Observação e Serviços tem as seguintes competências:

- a) Assegurar a permanente e completa adequação dos sistemas de informação e telecomunicações às necessidades de gestão e operacionalidade dos serviços no «CRRT»;
- b) Gerir a rede de telecomunicações do «CRRT» e garantir a sua segurança e operacionalidade;
- c) Assegurar a manutenção das aplicações informáticas e dar suporte aos serviços instalados no «CRRT»;
- d) Velar pelo bom funcionamento e manuseamento do equipamento informático;
- e) Apoiar os utilizadores na exploração, gestão e manutenção dos equipamentos e sistemas informáticos e de telecomunicações;
- f) Garantir a assistência médica e medicamentosa aos toxicodependentes;
- g) Assegurar a acção profiláctica contra os surtos epidémicos que se revele no Centro;
- h) Gerir o Posto Médico do Centro;
- i) Controlar e acompanhar a manutenção da higiene pessoal e dos objectos dos toxicodependentes;
- j) Estudar e propor a aquisição de meios e equipamentos médicos e medicamentosos, para apetrechamento do posto médico do Centro;
- k) Exercer as demais tarefas que lhe forem superiormente incumbidas.

3. O Departamento Técnico de Informação, Reeducação, Observação e Serviços é dirigido por um funcionário equiparado a Chefe de Departamento.

## ARTIGO 27.º

(Departamento de Formação)

1. Departamento de Formação tem por missão a formação do ensino e instrução técnico profissional dos menores internados no «CRRT».

2. O Departamento de Formação tem as seguintes competências:

- a) Garantir o ensino geral e técnico profissional dos menores;
- b) Providenciar e propor programa que conduzam à criação de condições, necessárias a ocupação no ensino e formação dos menores internos em artes e ofícios;
- c) Enquadrar os menores em actividades produtivas em especial no ramo agro-pecuário.

- d) Trabalhar em coordenação com outros organismos do Estado angolano e estrangeiros em programas educativos que ajudem a boa reintegração dos menores;
- e) Vigiar os menores internados dos diferentes regimes, necessários às actividades produtivas, em especial no ramo agro-pecuária;
- f) Diligenciar junto de vários organismos e empresas pela colaboração na concretização de áreas ocupacionais e de produtividade dos menores internos;
- g) Supervisionar periodicamente os bens produzidos, contabilizando de forma a rentabilizar tendo em atenção aos custos matéria-prima e mão-de-obra;
- h) Desempenhar outras actividades incumbidas superiormente.

4. O Departamento de Formação é dirigido por um Chefe de Departamento.

### SECÇÃO III Gestão Patrimonial

#### ARTIGO 28.º (Receitas)

1. Constituem receitas do Centro as dotações atribuídas pelo orçamento geral do Estado.

2. O Centro pode dispor para além das dotações orçamentais do Estado as seguintes receitas:

- a) Os rendimentos de bens que lhe são afectos;
- b) Os subsídios e doações que são concedidos por quaisquer entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras;
- c) Quaisquer receitas que lhe sejam atribuídas por lei ou provenientes de contrato.

#### ARTIGO 29.º (Despesas)

Constituem encargos dos Centros de Reabilitação e Reinserção para

Toxicodependentes:

- a) Os encargos com o funcionamento do Centro;
- b) Os custos da aquisição de bens e serviços, manutenção, restauro e conservação de equipamentos;
- c) Os encargos de carácter administrativo e outros específicos relacionados com os toxicodependentes.

#### ARTIGO 30.º (Património)

Constitui património do Centro de Reabilitação e Reinserção para Toxicodependentes os bens, direitos ou valores afectados pelo Estado, entidades públicas ou privadas, bem como os que adquirir no exercício das suas atribuições.

### CAPÍTULO IV Disposições Finais

#### ARTIGO 31.º (Pessoal e organograma)

1. O quadro do pessoal e o organograma dos Centros de Reabilitação e Reinserção dos Toxicodependentes são os constantes no presente Regulamento e dele fazem parte integrante.

2. A admissão de pessoal e o correspondente provimento de lugares do quadro é feito de forma progressiva a medida das necessidades de cada Centro.

#### ARTIGO 32.º (Provimento)

1. O provimento para cargos de chefia e de carreira específica é organizado pelo «MJDH» e outros parceiros públicos que intervêm na recuperação dos toxicodependentes em conformidade com a lei.

2. O provimento de lugares obedece à avaliação prévia, das necessidades reais e a disponibilidade orçamental.

#### ARTIGO 33.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões decorrentes da interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por Despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

#### ARTIGO 34.º (Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

## MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS

### Despacho n.º 237/15 de 24 de Julho

Considerando que a implementação do Programa de Diversificação da Indústria Mineira constitui um dos instrumentos operativos do Programa de Governação até 2017, estando entre os seus objectivos a intensificação da actividade de prospecção e exploração de minerais para a construção civil, envolvendo tanto o Sector Público quanto o Sector Privado da nossa economia;

Tendo em conta que, cumprindo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 97.º do Código Mineiro, a empresa Rupsil & Filhos, Limitada requereu a outorga para o exercício dos correspondentes direitos mineiros;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 89.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 333.º, ambos do Código Mineiro, determino:

#### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovada a concessão de direitos mineiros a favor da empresa Rupsil & Filhos, Limitada, para a exploração de Mármore na Localidade da Serra da Lua, Município da Bibala, Província do Namibe, com uma extensão de 50 hectares.

#### ARTIGO 2.º (Área de Concessão)

A Área de Concessão para esta exploração deve respeitar as coordenadas delimitadas no Alvará Mineiro.